

## Relevância da Diplomática no processo de criação do Diploma Digital na Universidade Federal da Paraíba

**Iran Cavalcante da Silva**

Universidade Federal da Paraíba, Curso de Arquivologia, João Pessoa, PB, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1722-0783>

[irancavalcanti@yahoo.com.br](mailto:irancavalcanti@yahoo.com.br)

**Maria Amélia Teixeira da Silva**

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciência da Informação, João Pessoa, PB, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2070-2918>

[mats@academico.ufpb.br](mailto:mats@academico.ufpb.br)

**Genoveva Batista do Nascimento**

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciência da Informação, João Pessoa, PB, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5362-8481>

[genoveva\\_batista@hotmail.com](mailto:genoveva_batista@hotmail.com)

**Carlos Othon Mendes de Oliveira**

Polícia Civil do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8113-031>

[c.othon@hotmail.com](mailto:c.othon@hotmail.com)

### ARTIGOS

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n1.2024.50549>

Recebido/Recibido/Received: 2023-08-21

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2023-12-06

Publicado/Publicado/Published: 2024-03-27

#### Resumo

Apresenta a relevância da Diplomática no processo de criação do Diploma Digital na Universidade Federal da Paraíba. O estudo evidencia o Diploma Digital implantado pelo Ministério da Educação desde 2019, porém com obrigatoriedade de emissão pelas Instituições de Ensino Superior, a partir do ano de 2022. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem qualitativa. Na apresentação e discussão dos resultados, foram abordadas as características dos documentos arquivísticos, sobretudo, no que concerne a autenticidade, adentrando-se as principais exigências do Ministério da Educação para a emissão do Diploma Digital. Diante disso, foi possível compreender que a Diplomática no campo da Arquivologia é fundamental para aferir a autenticidade ao Diploma Digital emitido pela Universidade Federal da Paraíba.

**Palavras-chave:** Diplomática. Autenticidade documental. Gênese documental. Diploma digital.

#### The importance of Diplomatic in the process of creating the Digital Diploma at the Federal University of Paraíba

##### Abstract

Present the importance of Diplomatics in the process of creating the Digital Diploma at the Federal University of Paraíba. The study highlights the Digital Diploma implemented by the Ministry of Education since 2019, but with mandatory issuance by Higher Education Institutions, from the year 2022. This is a

bibliographic, documentary and descriptive research, with a qualitative approach. In the presentation and discussion of the results, the characteristics of archival documents were addressed, especially with regard to authenticity, entering the main requirements of the Ministry of Education for the issuance of the Digital Diploma. Therefore, it was possible to understand that Archivology and Diplomacy are fundamental to assess the authenticity of the Digital Diploma issued by UFPB.

**Keywords:** Diplomatics. Documentary authenticity. Documentary genesis. Digital diploma.

## **La importancia de la Diplomática en el proceso de creación del Diploma Digital en la Universidad Federal de Paraíba**

### **Resumen**

Presenta la importancia de la Diplomática en el proceso de creación del Diploma Digital en la Universidad Federal de Paraíba. El estudio destaca el Diploma Digital implementado por el Ministerio de Educación desde 2019, pero con emisión obligatoria por las Instituciones de Enseñanza Superior, a partir del año 2022. Se trata de una investigación bibliográfica, documental y descriptiva, con enfoque cualitativo. En la presentación y discusión de los resultados, se abordaron las características de los documentos de archivo, especialmente en lo que se refiere a la autenticidad, entrando en las principales exigencias del Ministerio de Educación para la expedición del Diploma Digital. Por lo tanto, fue posible comprender que la Diplomática en el campo de la archivística es fundamental para evaluar la autenticidad del Diploma Digital emitido por la UFPB.

**Palabras clave:** Diplomática. Autenticidad documental. Génesis documental. Diploma digital.

## **1 Considerações iniciais**

A inserção da educação superior no Brasil ocorreu no início do século XIX e se deu principalmente em virtude da transferência da Corte Portuguesa, neste sentido:

As primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Elas tinham por objetivo apenas fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na corte. (Neves; Martins, 2016, p. 96)

A partir da premissa relativa às dificuldades encontradas pelas classes dominantes no século XIX em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, foram criadas medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. Diante dessas dificuldades e necessidades locais, surgiram as primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil, que buscavam atender primeiramente aos interesses da Corte e posteriormente formar profissionais qualificados para suprir as necessidades do mercado de trabalho (Bortolanza, 2017, p. 2).

As primeiras universidades no país foram: a Universidade de São Paulo (USP) criada em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. Em 1945 ocorreu o desenvolvimento do sistema federal de ensino superior que se deu em virtude da federalização de algumas universidades estaduais, criadas entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da perspectiva de que cada Estado da federação tinha o direito de ter uma universidade federal (Neves; Martins, 2016).

Na década de 1960, o governo federal iniciou um processo de implantação de uma rede de universidades federais, contemplando praticamente todos os estados da Federação. Em

função desta iniciativa por parte do governo, em 1965 o número de matriculados no ensino superior cresceu consideravelmente(Durham, 2003).Como princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, o governo optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, porém, com número limitado de vagas (Neves; Martins, 2016).

Mais adiante, o Brasil consolidou seu sistema de ensino superior com dois segmentos definidos e distintos, o público e o privado, resultando em um sistema diversificado de Instituições de Ensino Superior (IES), essa estrutura do sistema de ensino superior foi formalizada na Constituição Federal de 1988 e normatizada na *Lei Nacional de Diretrizes e Bases* de 1996.

Diferentemente do ensino fundamental e médio, que asseguram um certificado de conclusão o qual o aluno está apto a continuar os estudos, seja este técnico ou superior, o ensino superior assegura o diploma profissional que dá o direito de ocupar determinadas profissões específicas legalizadas por leis, as quais só podem ser ocupadas mediante o porte do diploma do ensino superior.

O diploma é o documento emitido por uma instituição de ensino, podendo ser uma universidade ou instituto politécnico, que certifica que a pessoa a quem é concedido, concluiu um determinado curso, ou recebeu um grau acadêmico, sendo emitido pela instituição de ensino a qual o estudante concluiu o curso. Na legislação brasileira, a emissão do diploma é gratuita, de modo que nenhuma IES pode cobrar pela emissão de diploma, ainda que a instituição emitente seja privada.

O Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018, instituiu e estabeleceu prazo de dois anos, a contar da data de publicação de ato específico que regulamentou o diploma digital, para implementação no âmbito das instituições de educação superior mantidas pela União, pela iniciativa privada e por órgãos federais de educação, ou seja, por todas as instituições que compõem o sistema de ensino superior no país.

O Diploma Digital de ensino superior de graduação é um documento com emissão e armazenamento totalmente digital. O MEC renunciou com essa inovação a desburocratização do processo de geração e emissão do diploma e a conseqüente economia de tempo e custo do serviço.

Pioneira na implantação do Diploma Digital no Brasil, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 21 de fevereiro de 2019,conferiu 11 Diplomas Digitais aos alunos concluintes dos cursos de Ciência da Computação e de Engenharia da Computação, do Centro de Informática (CI) da UFPB, para tanto, seguiu as normas e diretrizes do MEC, com relação à emissão deste

tipo de Diploma, visto que, segundo o MEC, a partir do ano de 2022 as IES têm à obrigatoriedade de emitir os diplomas digitais em consonância com todos os pré-requisitos exigidos.

Levando-se em consideração o fato de que a tecnologia por si só não é suficiente para aferir autenticidade a um documento, haja vista que para que um documento seja autêntico, suporte e conteúdo precisam ser autênticos (Silva, 2022). Diante do exposto, temos como objetivo geral nesse artigo, apresentar considerações sobre a importância da Diplomática no processo de criação do diploma de ensino superior digital na UFPB.

## **2 Permeando o universo da Diplomática no campo da arquivologia**

o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* - DBTA (2005, p. 37) define a Arquivologia como “a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”.

Conforme já discutido e consolidado na literatura científica da área, a Arquivologia é composta pelos princípios da proveniência, princípio do respeito pela ordem original, princípio da organicidade, princípio da unicidade, princípio da indivisibilidade ou integridade. Neste trabalho, a ênfase é dada ao princípio da proveniência, em virtude de sua relação com a temática estudada.

Adentrando no campo de documentos arquivísticos, vale ressaltar que o e-Arq Brasil é o órgão responsável em apresentar os modelos e requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, os quais são elaborados pela Câmara Técnica de documentos do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ). Nesse sentido, o documento arquivístico é definido como aquele “produzido no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado dessa atividade e retido para ação ou referência” (Conselho Nacional de Arquivos, 2011, p. 128), sendo este, considerado como todo documento resultante de atividade exercida por uma pessoa física, jurídica, instituição pública ou privada em decorrência de suas atividades.

Já o documento arquivístico digital é a “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.” (Conselho Nacional de Arquivos, 2014, p. 13).

Neste âmbito, o documento digital tem por base três elementos: o hardware, o software e a informação armazenada no suporte, que são identificados em três níveis. Neste sentido, adverte Dias (2017, p. 31) que “o documento arquivístico digital quando criado, seguindo o padrão da diplomática deve ter forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável e ação”, esse processo envolve cinco pessoas:

- Autor – o responsável em criar o documento;
- Redator– pessoa responsável em redigir o documento;
- Destinatário – pessoa a quem se destina o documento;
- Originador - proprietário do endereço eletrônico;
- Produtor - pessoa física ou jurídica a qual se constitui o fundo arquivístico.

Embora tenha uma semelhança com a Arquivologia, sobretudo no que concerne à análise documental, a Diplomática surge com uma missão específica. Com origem no século XVII, surgiu paralelamente a Paleografia, com a finalidade de verificar a autenticidade dos diplomas daquela época.

A diplomática como ciência que estuda e examina a autenticidade dos diplomas medievais perdura até o século XX, possuindo o mesmo objeto de estudo da arquivística, o documento, ampliando assim seu escopo de atuação para os documentos contemporâneos, não só os documentos físicos, mas, também documentos arquivísticos eletrônicos e digitais.

É uma ciência autônoma que influencia outras áreas do saber como o Direito, a História, a Administração, a Informática, com grande aplicação no campo da Arquivística, auxilia no contexto de produção de documentos e nas relações destes com as atividades/funções dos órgãos produtores, através do estudo das tipologias documentais.

Em meados de 1681, o monge beneditino Jean Mabillon publicou a obra *De Re Diplomatica*, apresentando a Diplomática como uma arte crítica com o objetivo de averiguar a autenticidade de documentos a partir da análise de seus elementos intrínsecos e extrínsecos.

No século XX, a essa disciplina une-se à Arquivologia com dois objetivos muito específicos: o primeiro de auxiliar o arquivista na identificação de documentos produzidos e acumulados desordenadamente nas administrações públicas europeias, no final da década de 1980 e início da de 1990; e o segundo de garantir a produção, manutenção e preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos.

Portanto, no contexto dessa nova abordagem, a Diplomática passa a auxiliar a Arquivologia na metodologia da Identificação Arquivística, considerada uma tarefa de natureza intelectual com o objetivo de determinar a identidade do documento de arquivo, reconhecendo os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto (Rodrigues, 2008, p. 65). Assim, o arquivista recorre à análise documental, subsidiada pelo método da Diplomática, para determinar o tipo documental e à análise contextual, subsidiada pelo estudo da documentação constitutiva do órgão produtor.

### **3 Aplicação da diplomática em documentos digitais**

Conforme mencionado anteriormente, a diplomática contemporânea exerce um papel fundamental, podendo ser aplicada aos documentos digitais. Deste modo, surge para auxiliar os

profissionais que procuram manter os documentos digitais inalterados, possibilitando o acesso a um conteúdo autêntico e fidedigno (Tognoli; Guimarães, 2009).

Nessa conjuntura, torna-se importante destacar o Projeto InterPARES Trust (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems), desenvolvido por Luciana Duranti mediante uma parceria estabelecida com a University of British Columbia. O referido Projeto teve início em 1999, com a finalidade de desenvolver um conhecimento teórico e metodológico voltado para a preservação permanente de documentos digitais autênticos, mediante políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação. Envolveu, portanto, conceitos e métodos de várias áreas do conhecimento, dentre as quais pode-se elencar: a Diplomática, a Ciência da Computação, a Estatística, o Direito, a Engenharia da Computação e outras. Atualmente, para além da equipe de gerenciamento, há integrantes da América do Norte, Europa, América Latina, Ásia, Austrália, África, além de uma equipe transnacional e os parceiros de apoio.

O Projeto InterPARES Trust foi desenvolvido em cinco domínios de investigação, vejamos:

O primeiro domínio, denominado infraestrutura é dedicado ao desenvolvimento de requisitos conceituais para a preservação de registros eletrônicos autênticos, considera aspectos relacionados com a arquitetura e infraestrutura do sistema utilizado para manter os registros em ambientes online. O segundo, denominado domínio de segurança, considera questões de registros relacionadas à segurança de dados online, incluindo: métodos de segurança (criptografia, fragmentação, ofuscação, localização geográfica) e outros, além de backup. O terceiro domínio – Controle difere do domínio de segurança pelo foco no gerenciamento de material digital em ambientes online; o quarto – Acesso, pesquisa acesso aberto/ dados abertos; o direito de saber/ dever de lembrar/ direito de ser esquecido; privacidade; responsabilidade; e transparência. O quinto e último domínio, seja o Jurídico, considera os aspectos legais relativos a todos os domínios anteriormente mencionados (Duranti, 2018, p. 1, tradução nossa)

Com a elevada produção documental, a Tecnologia da Informação (TI) tornou-se peça fundamental para auxiliar as atividades da gestão documental (Santos; Flores, 2015). “O avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram” (Rondinelli, 2002, p. 24). De acordo com Rondinelli (2013), o documento arquivístico digital consiste numa,

[...] unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”, “produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades”, “codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, óptico ou outro. (Rondinelli, 2013, p. 235)

Assim, conceitos como Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e Gerenciamento Eletrônico de Documentos Arquivísticos (GEAD) passam a integrar a gestão documental, a partir da introdução da TI. Segundo o Arquivo Nacional (2011, p. 10), o GED corresponde a um “conjunto de tecnologias utilizadas para a organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade”.

O GED pode englobar tecnologias de fluxos de trabalho, processamento de formulários, indexação, gestão documental, repositórios, entre outras atividades. O GEAD envolve a mesma concepção do GED, porém, respeitando as características e princípios arquivísticos dos documentos (Silva; Bedin, 2014). Associados ao GED e ao GEAD estão respectivamente o Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (SGDE) e o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), definidos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (Arquivo Nacional, 2011). O SGDE gerencia documentos eletrônicos, não necessariamente arquivísticos, sendo utilizado para gerir a informação e para tomada de decisão em instituições (Arquivo Nacional, 2011).

Dentro desta análise, o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) é responsável pelo acompanhamento do ciclo vital de documentos eletrônicos arquivísticos, protegendo a autenticidade e fidedignidade dos documentos (Silva, 2008). O SIGAD é um sistema que admite a realização da gestão arquivística de documentos digitais, não digitais e híbridos (Lacerda; Almeida, 2009).

De forma geral, os documentos digitais estão cada vez mais presentes nos arquivos e assim como são preservados os analógicos, estes também devem ser preservados sem distinção de sua natureza. Corroborando com esta reflexão, Fonseca (2005), ressalta a importância da preservação desses conteúdos:

A preservação não mais será voltada para a restauração, conservação e guarda adequada dos documentos físicos; ao contrário, seu principal objetivo será a migração e emulação constantes dos conceitos e inter-relações que agora definem os documentos eletrônicos para novos softwares. (Fonseca, 2005, p. 64)

Assim, os documentos em suporte digital podem envolver procedimentos de ordem técnica e operacional, a fim de atender aos requisitos da Diplomática, como a integridade e a autenticidade, bem como a políticas e implementação de estratégias de preservação digital. A diplomática contemporânea pode contribuir com os profissionais que procuram manter os documentos digitais inalterados, possibilitando o acesso a um documento autêntico e fidedigno (Tognoli; Guimarães, 2009).

A preservação de documentos arquivísticos digitais deve ser pensada em longo prazo, de modo a possibilitar o acesso aos documentos preservados. Santos e Flores (2016) destacam que o sucesso das atividades de preservação digital não depende exclusivamente da tecnologia utilizada, é preciso ter uma política institucional bem definida pelo acervo, a qual contemple normas e recomendações.

Neste sentido, o Conarq (2004, p. 2), manifesta a importância de se pensar na preservação dos documentos arquivísticos digitais durante todo o ciclo de vida documental.

A preservação dos documentos arquivísticos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário. (CONARQ, 2004, p. 2)

A lógica de uma definição de política de preservação mostra que os requisitos da Diplomática no campo da Arquivologia, precedem a exploração dos conhecimentos da Ciência da Informação, assim como precedem a implementação de ferramentas de tecnologia da informação.

#### **4 Apresentação e discussão dos resultados**

O Diploma Digital implantado pelo MEC têm a mesma função, finalidade e validade jurídica dos diplomas de ensino superior impressos, uma vez que as instituições públicas de ensino superior têm autorização para emití-lo desde o ano de 2019, porém com obrigatoriedade a partir do ano de 2022.

Ele surge com a proposta de facilitar o trâmite entre as IES, cursos de graduação e os alunos, como também desburocratizar a sua entrega aos formados, para cumprir a função de atestar a conclusão da graduação nas IES. Ao diploma de ensino superior digital é aplicada a mesma legislação federal vigente, que regula a emissão e o registro, deste modo, a portaria nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, em seu artigo 30 dispõe:

Os procedimentos para a expedição e o registro de diplomas e documentos acadêmicos no formato digital observarão as disposições contidas nesta Portaria, respeitadas as especificidades técnicas dispostas em regulamentação específica a ser editada pelo Ministério da Educação. Sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação.

No quadro 1, é apresentado um comparativo entre a documentação obrigatória para a solicitação de emissão do diploma de ensino superior impresso e o diploma de ensino superior digital na UFPB, seguindo as diretrizes do MEC.



Quadro 1: Quadro comparativo da documentação requerida para a emissão do Diploma impresso e o Digital

<b>Documentação requerida para a solicitação da emissão do Diploma Impresso (Cópias Físicas)</b>	<b>Documentação requerida para solicitação da emissão do Diploma Digital (Documentos Digitalizados)</b>
Nada Consta da Biblioteca Central	Requerimento da Coordenação do Curso
Cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento	Certidão de Nascimento ou de Casamento do/a discente
Cópia da Carteira de Identidade (RG)	Documentação oficial de identificação civil com foto (Ex. RG, CNH, Passaporte etc.) do/a discente
Cópia do Certificado de Conclusão de Ensino Médio, devidamente assinado	Prova de Conclusão do Ensino Médio (Certificado de Conclusão de Ensino Médio) do/a discente
Certidão de Quitação Eleitoral	Certidão de Quitação Eleitoral do/a discente
Histórico Escolar da Graduação, devidamente integralizado e sem pendência no Enade	Histórico Acadêmico da Graduação do/a discente
Certificado de Conclusão do Curso de Graduação, assinado pelo(a) Coordenador(a)	Prova de Colação de Grau (Certificado de Conclusão do Curso de Graduação emitido no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas - SIGAA);
Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF)	Título de Eleitor do/a discente
Cópia do Certificado Comprobatório de Situação Militar Definitivo (para estudantes do sexo masculino)	Comprovação de conclusão de estágio curricular do/a discente (opcional)
_____	Ato de naturalização do/a discente, publicado no Diário Oficial da União (exclusivamente para estrangeiros naturalizados no Brasil);

Fonte: Instrução Normativa Nº 1 / 2022 – PRG/UFPB e Resolução Nº 29/2020 - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPB

A partir da análise da documentação solicitada para a emissão do diploma de ensino superior impresso e do diploma de ensino superior digital na UFPB, foi possível perceber que a gênese documental (dossiê documental do aluno) e o princípio da proveniência (identificação de que a documentação é realmente do aluno sem nenhuma contradição), continuam sendo elementos fundamentais para produção e emissão de diplomas de ensino superior nas IES, independente do suporte de sua emissão.

#### **4.1 Análise diplomática do diploma de ensino superior digital e impresso emitido pela UFPB**

Segundo Bellotto (2002, p. 11) “As análises diplomática e tipológica são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da Diplomática e da Tipologia Documental[...]”. Para realizar a análise diplomática do diploma de ensino superior digital emitido pela UFPB,

utilizamos a ficha de Análise Diplomática desenvolvida por Silva (2022), a partir de Bellotto, Ruipiréz e Duranti (2002).



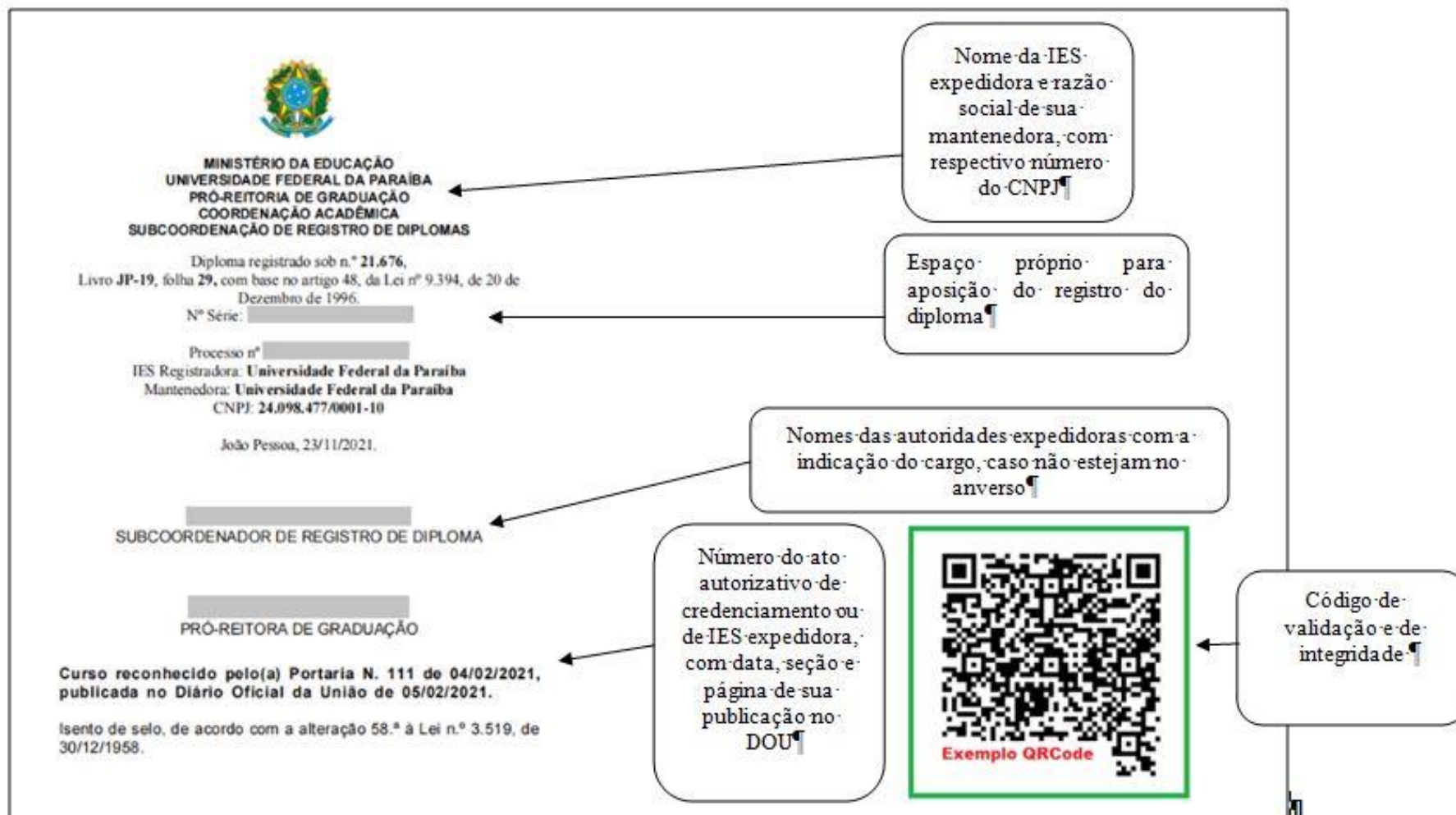


Figura 2: Modelo do diploma de ensino superior digital da UFPB (Verso)  
 Fonte: <https://conhecimento.sti.ufpb.br/books/diploma-digital/page/validacao-do-diploma-digit>

Quadro 2: Ficha de análise diplomática do diploma de ensino superior digital da UFPB

<b>FICHA DE ANÁLISE DIPLOMÁTICA</b>	
<b>Caracteres Internos</b>	
<b>Denominação do Documento (Tipologia Documental)</b>	Diploma de Ensino Superior
<b>Denominação da Espécie</b>	Diploma
<b>Data Tópica</b>	João Pessoa – Paraíba
<b>Data Cronológica</b>	30 de dezembro de 2021
<b>Conteúdo</b>	O diploma de ensino superior em suporte digital atesta que o “aluno teste” concluiu o curso de Engenharia da Computação, na Universidade Federal da Paraíba.
<b>Signos Especiais</b>	Selo nacional, logomarca da instituição, carimbos, assinaturas
<b>Autor do Ato</b>	Reitor da UFPB
<b>Caracteres Externos</b>	
<b>Gênero</b>	Textual
<b>Suporte</b>	Digital
<b>Formato</b>	Folha Avulsa
<b>Aplicação informática</b>	Sim
<b>Trâmite</b>	
<b>Produtor</b>	UFPB/Pró-Reitoria de Graduação/Coordenação Acadêmica/Subcoordenação de Registros de Diplomas
<b>Receptor</b>	Discente que concluiu o curso
<b>Trâmite Para sua Expedição e Vigência</b>	A documentação comprobatória para a conclusão do curso é enviada pela Coordenação do curso para a Pró-Reitoria de Graduação/Coordenação Acadêmica/Subcoordenação de Registros de Diplomas.
<b>Comentário Diplomático</b>	O diploma de ensino superior em formato digital contém elementos diplomáticos que certificam sua autenticidade, uma vez que a proveniência dos documentos e a manutenção da Cadeia de Custódia, estejam asseguradas.

Fonte: Ficha de Análise Diplomática desenvolvida por Silva (2022) a partir de Bellotto, Ruipiréz e Duranti (2002)

No quadro 2 temos a análise diplomática do diploma de ensino superior digital da UFPB, a referida análise traz em seu conteúdo os dados obrigatórios exigidos no artigo 16 da portaria 1.095/2018 do MEC, essa portaria contém diretrizes tanto para o diploma físico (impresso) quanto para o diploma digital.

As principais características de emissão do diploma de ensino superior digital estão na Instrução Normativa do MEC nº 1, de 15 de dezembro de 2020, que em seu art. 4 dispõe que,

O diploma digital deverá obrigatoriamente ser emitido no formato **Extensible Markup Language - XML**, utilizando a assinatura eletrônica avançada no padrão **XML Advanced Electronic Signature - XAdES**, assinado segundo o Padrão Brasileiro de Assinatura Digital – PBAD, e deve adotar uma política de assinatura que permita a guarda a longo prazo do documento. (MEC, nº 1/2020)

Já no art. 16 da mesma instrução normativa, ressalta-se a necessidade do uso da assinatura eletrônica e carimbo de tempo, a partir da compreensão de que:

A utilização da assinatura com certificação digital e carimbo do tempo ICP-Brasil, nos termos do Padrão Brasileiro de Assinaturas Digitais, garantem a presunção de integridade, autenticidade, tempestividade e validade dos documentos eletrônicos e das aplicações de suporte e habilitações que utilizem certificados digitais, além da realização de transações eletrônicas seguras. (MEC, nº 1/2020)

A assinatura digital é um método de autenticação de informação digital tipicamente tratada como substituta à assinatura física, já que elimina a necessidade de ter uma versão em papel do documento a ser assinado.

Já o Certificado Digital é o arquivo ou documento eletrônico que contém dados sobre a pessoa física ou jurídica que o utiliza, servindo como uma identidade virtual que confere validade jurídica e segurança em transações digitais. Este documento utiliza-se de um sistema de criptografia assimétrica, que inclui o nome do utilizador, sua chave pública, a entidade emissora, a assinatura digital e o prazo de validade do certificado (SERASA).

As principais informações encontradas em um certificado digital são: para quem foi emitido (nome, número de identificação, estado, etc.); Identificação de quem emitiu (autoridade certificadora(AC)); O número de série e o período de validade do certificado; A assinatura digital da Autoridade Certificadora.

O certificado digital tem o objetivo de certificar e indicar que outra entidade (a autoridade certificadora) assegure a veracidade das informações nele contidas. Destaca-se o princípio da autenticidade e integridade. As principais características do certificado digital são: Privacidade nas transações; Controle de acesso; Autenticidade da origem; Autenticidade do destino; Integridade das mensagens e documentos; Não-repúdio, portanto, a partir de um certificado digital pode-se afirmar que o documento é legítimo e que seu conteúdo não foi alterado.

O carimbo de tempo (*times stamp*) é o documento eletrônico emitido pela autoridade certificadora do tempo – ACT, em que as informações de data e hora de registro do documento referem-se ao momento em que a ACT recebeu esse documento e atestou a data e a hora exatas em que um documento foi assinado, e não a data de criação do documento.

O Diploma Digital do MEC também faz uso da criptografia para tornar o seu processo de emissão mais seguro e confiável. A Criptografia é a ciência ou arte de escrever mensagens em forma cifrada ou em código, é o método utilizado para alterar os caracteres originais de uma mensagem por outros caracteres, ocultando a mensagem. É parte de um campo de estudos que tratadas comunicações secretas, usadas, dentre outras finalidades, para: autenticar a identidade de usuários; autenticar e proteger o sigilo de comunicações pessoais e de transações comerciais e bancárias; proteger a integridade de transferências eletrônicas de fundos.

Fazendo a análise entre os dados obrigatórios exigidos para os diplomas em suporte impresso e o digital, na portaria 1.095/2018, verificamos que o Diploma Digital da UFPB contempla o que preconiza o art. 6º da Instrução Normativa Nº 1/2020 que diz:

A elaboração da Representação Visual do Diploma Digital - RVDD deverá considerar as disposições contidas na Portaria DAU/MEC nº 33, de 2 de agosto de 1978, na Portaria nº 1.095, de 2018, e demais pareceres e normatizações vigentes referentes aos dados e informações necessárias para compor o referido arquivo, sendo possível a utilização do modelo adotado pela IES para diploma em meio físico. (Instrução Normativa Nº 1/2020 art. 6)

Ou seja, a IES pode adotar o próprio modelo de Diploma Digital desde que nesse modelo estejam todas as informações obrigatórias exigidas pela Portaria 1095/2018 Art. 16, conforme demonstrado no quadro 3.

Para ter um documento digital autêntico e confiável, é preciso construí-lo observando os pré-requisitos, para isso, algumas vezes precisa-se da colaboração entre as áreas do conhecimento. Nesse contexto, corroboramos com Silva (2022, *online*) para quem “o documento autêntico é o verdadeiro sob o ponto de vista do seu suporte e conteúdo” e “nem sempre um documento com uma assinatura autêntica é autêntico”. A autora afirma também, que um “documento autenticado, nem sempre é documento autêntico”, visto que existem originais inautênticos e que a autenticidade de um documento pode ser parcial(Silva, 2022, *online*).

O quadro 3, apresenta os pré-requisitos para um documento autêntico e confiável em colaboração entre áreas do conhecimento.

Quadro 3: Pré-requisitos para um documento autêntico e confiável, colaboração entre áreas do conhecimento

<b>Diplomática</b>	<b>Arquivologia / Princípio da Proveniência</b>
Autenticidade	Autenticidade
Confiabilidade	Confiabilidade
Veracidade	Integridade
Integridade	Disponibilidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O quadro 3 foi criado para demonstrar os principais descritores das duas áreas do conhecimento elencadas, bem como a semelhança entre elas, como forma de evidenciar a importância do trabalho conjunto entre ambas, para propiciar e fornecer contributos para o desenvolvimento de documentos digitais autênticos, seguros e confiáveis.

## 5 Considerações finais

Com a proposta de facilitar e agilizar o trâmite do processo de diplomação pelas IES, surgiram diretrizes por parte do MEC para a implantação do diploma de ensino superior digital. Ao analisar os documentos solicitados pela UFPB para a expedição do diploma de ensino superior, seja em suporte impresso ou digital, percebeu-se pouca mudança concernente aos documentos solicitados, sendo perceptível apenas a substituição de um documento por outro, uma vez que, para o diploma impresso são exigidos nove documentos diferentes e para o diploma digital dez, porém, para o digital há um documento que é opcional (Comprovação de conclusão de estágio curricular discente).

Com o uso da tecnologia da informação (TI), alguns processos necessitaram de reformulação, adaptação e até mesmo serem reinventados, e com a Diplomática não foi diferente. Quando surgiu na idade média, foi utilizada para verificar a autenticidade e integridade dos documentos da época, contudo, atualmente é utilizada não só para a verificação da autenticidade de documentos em suporte impresso, mas também em suporte digital.

Ao longo do trabalho, correlacionamos o Princípio da Proveniência com a Diplomática, por entendermos que esta relação está explícita na elaboração do diploma de ensino superior, seja ele impresso ou digital. Assim, é importante considerar que o desenvolvimento do diploma em si, está “envolvido em múltiplos contextos” inclusive a sua autenticidade e confiabilidade, dependem de sua



proveniência e dos documentos que amparam, fundamentam e certificam sua emissão, uma vez que todo documento autêntico e fidedigno depende desses atributos (Tognoli, 2010).

Quanto à autenticidade e segurança da informação, o diploma de ensino superior digital usa um padrão e protocolos de segurança digital, com criptografia, certificado digital, certificação do emitente e carimbo digital do tempo, que assegura a tempestividade ao diploma digital, atestando que ele foi criado em um determinado momento, sendo elementos diplomáticos fundamentais para aferir a autenticidade documental.

Portanto, a Diplomática fornece os elementos que sustentam a teoria arquivística em seus princípios básicos, e à UFPB além de ser pioneira na emissão de diploma de ensino superior digital, também vem trabalhando e pesquisando nessa vertente da Diplomática em documentos digitais, sobretudo, no âmbito da disciplina Diplomática Arquivística, ministrada aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, que aborda conteúdos de Diplomática e Documentoscopia em documentos impressos e digitais.

## Referências

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: AN, 2005.

Bellotto, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bellotto, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como\\_fazer\\_analise\\_diplomatica\\_e\\_analise\\_tipologica.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_fazer_analise_diplomatica_e_analise_tipologica.pdf) Acesso em: 10 jul. 2023.

Bortolanza, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. *In*. Colóquio Internacional de Gestão Universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do Conhecimento, 17., 2017, Mar del Plata. **Anais Eletrônico**. Mar del Plata, Argentina: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017. p. 1-16. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 27 jul. 2023.

Conselho Nacional de Arquivos. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf> Acesso em: 05 jul. 2023.

Dias, Fátima Regina Freitas. **O estudo do princípio da proveniência nos documentos arquivísticos digitais**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão de Arquivos(EaD)) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12679/TCCE\\_GA\\_EaD\\_2017\\_DIAS\\_FATIMA.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12679/TCCE_GA_EaD_2017_DIAS_FATIMA.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y) Acesso em: 03 jul. 2023.

Duranti, Luciana. **InterPARES Trust**. Duranti, 2018. Disponível em: [http://interparestrust.org/trust/about\\_research/domains](http://interparestrust.org/trust/about_research/domains). Acesso em: 24 out. 2023.

Durham, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

Fonseca, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Neves, Clarissa E. Baeta; MATINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. Brasília: IPEA, 2016, v. 1, p. 95-124. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715\\_livro\\_jovens\\_univers itarios.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_univers itarios.pdf) Acesso em: 30 jul. 2023.

Rodrigues, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em Diplomática e Arquivologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf). Acesso em: 11 jul. 2023.

Rondinelli, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Rondinelli, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Santos, Henrique Machado dos; Flores, Daniel. Os fundamentos da diplomática contemporânea na preservação de documentos arquivísticos digitais. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, RS, v. 30, n. 2, p. 64-85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4825/4440> Acesso em: 18 jul. 2023.

Serviços de Assessoria S.A (SERASA). **Certificado Digital: O que é?** Disponível em:

<https://serasa.certificadodigital.com.br/blog/certificado-digital/o-que-e-certificado-digital-e-para-que-serve/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Silva, Maria Amélia Teixeira da. **Ficha de análise diplomática**. Disciplina Diplomática Arquivística - UFPB: João Pessoa, 2022.

Silva, Maria Amélia Teixeira da. Você sabia?. Documento autêntico é... João Pessoa. 03 jun. 2022.

Instagram: [@diplomaticaufpb](https://www.instagram.com/diplomaticaufpb/). Disponível em: <https://www.instagram.com/diplomaticaufpb/> Acesso em: 12 jul. 2023.

Silva, Suéllem Chrystina Leal; Bedin, Sonali Paula Molin. Sistemas de gestão documental em Florianópolis: análise de funcionalidades baseada nos requisitos do E-ARQ Brasil. **Revista Ágora**, Florianópolis, SC, v.24,n.48,p.298-331, mar. 2014. Disponível em: [https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/493/pdf\\_42](https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/493/pdf_42). Acesso em: 20 jul. 2023.

Tognoli, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

Tognoli, Natália Bolfarini; Guimarães, José Augusto Chaves. A Diplomática Contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *In*: Congresso Isko-España, 2009, Valencia. **International Society For Knowledge Organization**, 2009. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2921994.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.